

HELENA BESSERMAN VIANNA: a que não abriu mão da dignidade e da ética (1932-2002)

*Não se pode, simplesmente, anistiar a
memória.*

Helena B. Vianna

Helena Besserman Vianna, filha de imigrantes judeu-poloneses, desde cedo participou de diferentes movimentos sociais, como: a campanha “O Petróleo é Nosso”, ainda adolescente; a luta contra o nazi-fascismo e contra os arbítrios da ditadura militar implantada em 1964. Aos 16 anos ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) onde permaneceu até a “Primavera de Praga”, em 1968. Apesar de sair do PCB, declarava: “jamais abandonei meus ideais marxistas”. Formou-se em medicina em 1955 e iniciou sua prática psicanalítica nos anos de 1960, quando entrou para a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ). Em 1973, em pleno terrorismo de Estado – governo Médici –, através de Cecília Coimbra (ex-presença política) e do jornal do PCB “Voz Operária” (n° 102), tomou conhecimento da participação do médico Amílcar Lobo, candidato a psicanalista pela Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), em equipe de tortura a presos políticos no quartel da Polícia do Exército, no DOI-CODI, um dos mais terríveis centros da repressão à época no Brasil. Enviou a notícia do jornal, acompanhada de nota manuscrita, nomeando também o analista didata de Lobo, Leão Cabernite, então presidente da SPRJ, a várias entidades psicanalíticas do exterior, especialmente à direção da International Psychoanalytical Association (IPA). Em lugar de buscar maiores esclarecimentos sobre a participação de Amílcar Lobo como assessor de tortura, a direção da SPRJ recorreu a um perito do Instituto de Criminalística Carlos Éboli do Rio de Janeiro para identificar a quem pertencia a letra da nota. Identificada, Helena foi perseguida, sofrendo uma série de punições, como a de não conseguir ingressar como Membro Titular em sua Sociedade, tendo, em 1975, seu pedido sido negado por unanimidade. É a própria Helena quem relata: “... ressaltam a acusação de ter havido uma denúncia caluniosa contra um membro de outra sociedade. Um analista didata defende seu paciente acusado de ser torturador com a tese de que

essas calúnias são provenientes de forças ocultas que desejam destruir a Psicanálise. Contratam um perito em grafologia pertencente a órgão governamental para analisar a grafia de todos os analistas das duas Sociedades e este conclui (...) a autora da letra que fizera a denúncia. Em seguida, decidem, em âmbito restrito e sigiloso, ser necessário “salvar” a Psicanálise e suas instituições através de punições contra o denunciador. O criminoso não mais seria o autor do crime, mas o (...) acusador do crime e do criminoso” (Vianna, *apud* Coimbra, 1995:96). No mesmo ano de 1975, Helena vai a Londres conversar com a direção da IPA, o que de nada adiantou. Tempos depois ficou sabendo que, desde a publicação da denúncia na Argentina, em 1973, feita pela Revista *Questionamos 2*, coordenada pela psicanalista Marie Langer, havia toda uma correspondência da IPA com as duas Sociedades sobre o caso Amílcar Lobo. Apesar de uma série de denúncias feitas, como a de René Major na imprensa francesa, da Universidade de São Francisco e de vários psicanalistas espanhóis e canadenses à IPA, esta preferiu aceitar a palavra do então presidente da SPRJ, Leão Cabernite, de que tais acusações eram caluniosas. Em artigo para o jornal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ intitulado “O Lobo-Carneiro e a Tortura”, Helena Vianna relata que “este fato gerou sérias e múltiplas crises nas sociedades psicanalíticas, pois somava-se à total inversão ética, fato que o presidente da IPA, na ocasião, Serge Lebovici, aceitou como única testemunha a declaração de Cabernite de que Amílcar Lobo tinha sido caluniado” (Jornal GTNM/RJ, 1997:12). Sobre a participação de muitos psicanalistas das duas Sociedades cariocas no caso Lobo, a própria Helena revelou em artigo publicado no Jornal do Brasil, intitulado “A Hora da Democracia”, quando do lançamento do livro de memórias de Amílcar Lobo (*A Hora do Lobo, a hora do Carneiro* – Ed. Vozes), em 1989, que “entre os comensais de sua casa figuravam conhecidos profissionais psicanalistas que até hoje engrossam o coro do “ponto final nesta estória”, “roupa suja se lava em casa”, “este assunto é página virada”, “é preciso salvar a psicanálise” etc” (JB, 1989:10). Após seu retorno de Londres, foi proposto a Helena pela direção da SBPRJ que todas as cartas e Atas reservadas sobre o assunto fossem queimadas e o incidente esquecido. Com isso, ela poderia apresentar o trabalho exigido para se tornar Membro Titular da SBPRJ, o que ocorreu em 1976. Helena nos informou que:

“vivíamos uma das mais sanguinárias fases da repressão promovida pela ditadura, mantive as cartas originais guardadas no mais meticuloso sigilo e permaneci politicamente engajada na luta pela democratização do Brasil” (Vianna, *apud* Coimbra, 1995:97). Em 1980, Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, membros da SPRJ, foram dela expulsos, por terem denunciado Amílcar Lobo que continuava comparecendo aos cursos e seminários clínicos da SBPRJ apesar de todas as denúncias feitas. Em 1981, ainda sob o governo militar de João Figueiredo, alguns jornais cariocas publicaram depoimentos de ex-presos políticos apontando terem sido “atendidos” por Lobo quando detidos no DOI-CODI/RJ. Somente em 1986, já no período da “Nova República”, o caso Lobo voltou às manchetes dos jornais e Helena Vianna publicamente narrou para toda a SBPRJ os acontecimentos de onze anos atrás. Logo depois, a oposição interna à SPRJ, conhecida como Fórum e liderada por Hélio Pellegrino e outros psicanalistas, juntamente com Helena Vianna levaram a uma Assembléia Geral dessa mesma Sociedade alguns ex-presos políticos que narraram a ativa participação de Amílcar Lobo em suas torturas no período de 1970 a 1974. Neste mesmo ano de 1986, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ) – não mais sob intervenção federal – abriu processo ético contra Lobo. Em 1988 e 1989, respectivamente, este Conselho profissional e o Federal cassaram seu registro de médico – fato inédito e pioneiro em países que passaram por recentes ditaduras e que tiveram médicos assessorando torturas a opositores políticos. Helena Besserman Vianna teve papel fundamental nesta cassação. Além de membro didata da SBPRJ, Helena também fez parte da Sociedade Internacional da História da Psiquiatria e da Psicanálise, compôs o Conselho Editorial da Revista *Gradiva* e foi uma das organizadoras do 1º Comitê Internacional dos Estados Gerais da Psicanálise que, em julho de 2000, em Paris, reuniu centenas de psicanalistas. Nesse encontro, Helena Vianna publicamente pediu demissão da SBPRJ e da IPA, lembrando a cumplicidade de ambas no caso Lobo. Em 1991, em co-autoria com Tereza Pinheiro, Helena publicou o livro *As Bases do Amor Materno*, premiado pela Fundação Carlos Chagas e que narra a vida de Margarete Hilferding, primeira mulher a freqüentar os círculos das quartas-feiras na casa de Freud, em 1911. Em 1995, publicou *Não Conte a Ninguém...*, onde apresenta farta documentação sobre o

caso Amílcar Lobo. Em 1997, este livro foi lançado na França sob o título *Politique de la Psychanalyse face a la Dictadure et la Torture*, e na Argentina como *No Se le Cuente a Nadie...*. Estas edições apresentam mais documentos que a brasileira e relatam acontecimentos posteriores, como a formação do Grupo Pró-Ética, composto por alguns psicanalistas que, com Hélio Pellegrino, haviam participado do Fórum, a oposição interna à SPRJ. Estes psicanalistas denunciavam a convivência de suas diversas direções com relação ao caso Lobo-Cabernite e saíram dessa Sociedade. Em 2000, Helena Vianna recebeu do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ) a Medalha Chico Mendes de Resistência por sua incansável luta em prol dos direitos humanos. Desde a criação do GTNM/RJ, em 1985, Helena esteve sempre muito próxima, participando de uma série de atividades da entidade. Em 07 de abril de 2002, Helena, de forma súbita, morreu. Não resistiu à ausência deixada por seu grande companheiro, seu marido Carlos, também médico. Seu exemplo de luta e dignidade, de ética, de não abrir mão de princípios é o legado que deixa para a história da psicanálise.

Referências Bibliográficas

- COIMBRA, C.M.B. *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- ENTREVISTA concedida a Cecília Coimbra, julho de 2000.
- JORNAL DO BRASIL – 30/09/89.
- JORNAL DO GTNM/RJ, ano 9, nº 25, outubro/97.
- JORNAL VOZ OPERÁRIA – PCB, nº 102.
- LANGER, M. (org.) *Questionamos 2*. Belo Horizonte: Interlivros, 1997.
- VIANNA, H.B. e PINHEIRO, T. *As Bases do Amor Materno*. São Paulo: Escuta, 1991.
- VIANNA, H.B. *Não Conte a Ninguém...* Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- VIANNA, H.B. *Politique de la Psychanalyse face a la Dictadura et la Torture*. Paris: L'Harmattan, 1997.
- VIANNA, H.B. *No Se Le Cuente a Nadie...* Buenos Aires: Polemus, 1997.

Cecília Coimbra

Psicóloga, Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Vice-Presidente e Fundadora do GTNM/RJ, Conselheira do Conselho Regional de Psicologia – 05 (CRP/RJ).

Biografia - Mnemosine 1, 2005/1

Clio-Psyché – Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia
Rio de Janeiro, RJ: UERJ

<http://www.cliopsyche.cjb.net/mnemosine/ojs/include/getdoc.php?id=86&article=39&mode=pdf>